

• Constituinte

SEGUNDO TURNO

Consenso no veto à licença-paternidade e aos juros de 12%

por Marcos Magalhães de Brasília



José Lourenço

As primeiras conversas entre os líderes dos partidos na Constituinte apontam caminho aberto a entendimento para alterar pelo menos três itens do texto aprovado no primeiro turno: a jornada máxima de seis horas para turnos ininterruptos de trabalho, a licença-paternidade de oito dias e a limitação dos juros bancários em 12%. Podem também ser retirados o voto de censura a ministros, através de dois terços dos votos da Câmara de Deputados, e o voto facultativo aos 16 anos.

Estes tópicos não são negociáveis para o PMDB, garantiu ontem o líder do partido na Constituinte, deputado Nelson Jobim. E, como dificilmente qualquer emenda será aprovada no segundo turno sem a anuência do PMDB, já há meio caminho andado para que eles sejam modificados ou suprimidos do texto.

O deputado José Lourenço, líder do PFL, afirmou ontem, após mais uma rodada de negociações com Jobim, que o turno de seis horas era um dos pontos onde "há possibilidade de se avançar nas discussões". O acordo com o PFL pode surgir a partir da supressão da palavra "máxima", embora o deputado, pessoalmente, acredite que esse artifício não mudaria muita coisa. Assim, ficariam previstas na Constituição jornadas de seis horas, salvo negociação coletiva. O líder do PSDB, senador Mário Covas, concorda. "Isto está combinado desde o primeiro turno", lembra.

O voto aos 16 anos, segundo Nelson Jobim, é "uma questão aberta" para o PMDB, ou seja, passível de entrar em um amplo acordo com os demais partidos. Quanto à licença-paternidade, é possível que ela permaneça como princípio constitucional, embora regulada em lei ordinária que determine a sua duração. A limitação de juros tem chance de permanecer no texto como competência do governo,

"LOBBY"

Jovens empresários propõem 10 mudanças

por Marcos Magalhães de Brasília

Representantes do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial de São Paulo articularam ontem um "lobby" junto à Assembleia Constituinte para defender a apresentação de dez emendas supressivas ao texto aprovado no primeiro turno das votações.

"As emendas visam a garantir mais liberdade à livre iniciativa", disse Rafael Mendes Guimarães, coordenador da Comissão de Assuntos Jurídicos e Tributários do Conselho, composto por duzentos jovens empresários paulistas. Os deputados Afif Domingos (PL-SP) e José Maria Eymael (PDC-SP) se comprometeram a apresentar algumas emendas e se dispuseram a ajudá-los a encontrar constituintes dispostos a apresentar as demais.

mas o número 12% tende a cair. A censura a ministros, por sua vez, parece não agradar a quase ninguém. "Não me importo em que ela saia do texto", desdenha o senador Mário Covas. "Tendo a não concordar com a censura, por ser ela um instrumento do parlamentarismo dentro de um regime presidencialista", ecoa Jobim. As identidades entre os diversos partidos, no entanto, por enquanto param por aí. O prazo para a entrega de emendas, esgotado ontem à noite, apenas deu a senha para as diversas reuniões que deverão ocupar o tempo das lideranças na Constituinte nas próximas duas semanas.

A partir do dia 25, quando terão início as votações do segundo turno da Constituinte, os acordos feitos nesses dias deverão ter aprovação tranquila no plenário. A mesma sorte, contudo, não está reservada às emendas mais polêmicas, cujos defensores terão de lutar por cada um dos 280 votos necessários à aprovação.

"Agora ocorrerá o contrário do que aconteceu no primeiro turno", aposta Mário Covas. "Quanto mais controvertido for um artigo, mais difícil será ele cair." A nacionalização da mineração é um exemplo. Embora não tenha sido aprovada por um amplo acordo, ela deverá ser mantida. "É difícil se tocar nesse assunto com o PMDB", reconhece José Lourenço.

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Os líderes dos partidos com as maiores bancadas na Assembleia Nacional Constituinte usaram o dia de ontem (último do prazo para a apresentação de emendas ao segundo turno) para fechar acordos. Por isso, a maioria das emendas só foi entregue à Mesa da Constituinte à noite.

Os partidos de esquerda — PT, PSB, PC, PC do B e PDT — apresentaram um total de 184 emendas. "Fizemos uma reunião pela manhã para que nossas bancadas não entregassem propostas repetidas", disse o deputado José Genoino (PT-SP).

Entre as questões defendidas pelos partidos de esquerda para o segundo turno da Constituinte estão:

- Estender a reforma agrária às propriedades produtivas;
- Suprimir o direito à propriedade do capítulo dos direitos essenciais;

Retirar a possibilidade de as Forças Armadas intervirem na lei e na ordem, restringindo sua atuação à defesa da ordem institucional;

Manter a jornada de seis horas de trabalho nos locais de funcionamento ininterrupto;

Suprimir o parágrafo do texto que estabelece a unicidade sindical;

Terminar com a obrigatoriedade do serviço militar;

Retirar a possibilidade de demissão arbitrária ou sem justa causa ser compensada por indenização;

Manter a licença-paternidade e a licença-maternidade como estão estabelecidas no texto aprovado no primeiro turno.

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), reuniu-se à tarde com o deputado José Lins, do PFL, para enumerar sem repetições as emendas que o governo federal deseja aprovar na segunda rodada

de votações da Constituinte.

"O PFL cuidou dos capítulos dos Direitos Individuais, Direitos Coletivos e da Ordem Econômica. Eu fiquei responsável pelas emendas referentes às Disposições Transitórias que, se ficarem como estão, vão causar um enorme rombo no Tesouro", disse Sant'Anna.

Segundo ele, o governo contou com a assinatura de noventa constituintes para as emendas que defende. Entre elas, o deputado classificou como as principais:

A supressão da jornada máxima de 6 horas nos locais de trabalho ininterrupto (há emenda para suprimir todo esse parágrafo e outras que retiram a expressão "máxima", posição defendida pelo PMDB para tentar acordo com o PFL, a bancada do governo na Constituinte e os partidos de esquerda);

Remeter a regulamentação da greve nos serviços

públicos essenciais para a legislação complementar;

Suprimir a censura a ministros, considerada pela bancada do governo federal como um instituto parlamentarista;

Suprimir a anistia aos pequenos produtores e microempresários que contraíram dívidas durante o Plano Cruzado;

Retirar o limite anual de 12% para os juros;

Terminar com a possibilidade de voto aos 16 anos;

Retirar a emenda que anexa o território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco;

Suprimir todos os artigos que dão estabilidade aos servidores públicos;

Remeter o prazo da licença-paternidade para a legislação complementar.

Sant'Anna acha que apenas com acordos entre os partidos será possível aprovar as emendas votadas no segundo turno. Ele acredita que isso vai ser feito em pelo menos quatro pontos: as supressões da

anistia aos microempresários e produtores rurais; do limite de 12% para os juros; do voto aos 16 anos; e da censura aos ministros.

O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, também defende a posição de que apenas com acordos será possível aprovar emendas no segundo turno. Segundo ele, "as emendas apresentadas pelo PMDB não vão trazer mudanças substanciais ao texto aprovado no primeiro turno porque o partido foi vitorioso

nessa votação. Queremos mudar apenas questões periféricas".

Até o final da tarde, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, declarou ter lido 330 emendas já apresentadas. Ele informou que a proposta mais repetida entre elas, com 14 emendas similares, foi a extensão da aposentadoria aos 25 anos para a mulher e aos 30 anos para o homem aos professores de todos os níveis, incluindo os universitários.

Começa a disputa pelas emendas supressivas

O governo traça a sua estratégia

por Mariângela Hamu de Brasília

O governo definiu ontem, em três reuniões sucessivas, a estratégia que adotará para "corrigir" o texto da nova Constituição no segundo turno das votações, que deveria ser inaugurado na próxima quinta-feira, mas que não começará, de fato, antes do dia 26 de julho: arrematar, pelo "convencimento", o maior número possível de parlamentares, de maneira a conquistar os 280 votos necessários à aprovação de cada uma das 42 emendas supressivas que está patrocinando.

"Chega de hipocrisia. O anteprojeto é muito bom, mas o governo vai lutar pelo aprimoramento da nova Constituição. O segundo turno está previsto desde o início exatamente para isso, e os subsídios desenvolvidos pela equipe do governo contam com três trunfos importantes: a força do argumento, o poder da lógica e os interesses do País", disse a este jornal o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que lidera o grupo.

O ministro não revela de que maneira o Palácio do Planalto pretende "convencer" os constituintes a

corrigir o que já foi aprovado, suprimindo expressões ou partes inteiras do texto constitucional neste segundo turno. Ele reage quando solicitado a comparar a atuação do governo na primeira fase dos trabalhos, quando todos os instrumentos de que dispõe a máquina oficial foram utilizados a favor, por exemplo, de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, e a ação que o Gabinete Civil vai coordenar agora.

"São 42 emendas supressivas de caráter substantivo em termos de interesse nacional, da consistência interna do texto e da governabilidade deste País pelos futuros governantes. Nunca foi tarefa fácil reunir 280 constituintes em torno de uma ideia comum, mas não há por que supormos que eles não agirão com serenidade nesta fase dos trabalhos", afirmou o ministro.

Nas últimas semanas, a Consultoria Geral da República elaborou mais de 50 emendas, mas o governo encaminhou, através de suas lideranças, apenas 42 supressivas à secretaria geral da Constituinte. O Palácio do Planalto assegura que lutará por todas elas, mas centrará fogo especialmente em dez pontos, dos quais pelo menos

cinco são considerados absolutamente fundamentais para o governo.

São eles: 1) o tabelamento dos juros em 12%; 2) a anistia aos empresários e produtores rurais; 3) a aposentadoria para os servidores civis e militares; 4) o voto do menor; 5) amplo direito de greve. Entre essas, o governo pretende dedicar especial atenção ao artigo 23 das Disposições Transitórias, que trata da transferência para a inatividade dos servidores civis e militares.

"Para efeito de aposentadoria ou transferência para a inatividade, prevalecerá para o servidor público as normas em vigor na data de sua admissão ou durante sua atividade no serviço público, desde que mais benéficas, respeitadas as limitações previstas no artigo 20 deste ato", diz o artigo que tanto incomoda o governo e, sobretudo, os ministros militares.

Como está garante o ministro Costa Couto, esse artigo revoga a Lei Castello Branco, que disciplina e estabelece todas as regras da movimentação na carreira militar. "Esse capítulo, como está, desorganizaria tudo; restabeleceria inclusive a figura do marechal", afirma o ministro do Gabinete Civil.

O governo investirá, ainda, contra a jornada máxima de trabalho de seis horas; gratificação de férias de um tempo do salário normal; igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo permanente e avul-

so; licença-paternidade; licença remunerada à gestante por 120 dias; transferência de recursos sem transferência de encargos; 25 anos para a Súframa; monopólios; Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste; e estabilidade de funcionários, entre outros.

Fiúza acha que Sarney "tem o dever de interferir"

Após reunir-se ontem com trinta empresários na sede da Associação Comercial e Industrial do Rio de Janeiro, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos líderes do "Centrão", informou que vai hoje ao presidente José Sarney para pedir-lhe o apoio do governo a fim de derrubar, no segundo turno da Constituinte, algumas emendas, que, segundo a Agência Globo, em sua avaliação, são prejudiciais aos interesses nacionais e põem em risco a estabilidade democrática.

Segundo Fiúza, o presidente Sarney "tem o dever de interferir" para suprimir, durante a segunda votação, o que chamou de "pontos delicados" já aprovados no primeiro turno dos trabalhos constituintes: o direito de greve, o voto para menores de 16 anos,

a definição de empresa nacional, a licença-paternidade, o tabelamento de juros a 12% ao ano e o turno único de seis horas de trabalho, entre outros.

A reunião de ontem com Ricardo Fiúza compareceram Olavo Monteiro de Carvalho, o presidente em exercício da Associação Comercial, Osvaldo Tavares, e os presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, da IBM do Brasil, Rudolf Hohn, da Sociedade Nacional de Agricultura, Otávio Mello Alvarenga, e o do Sindicato dos Bancos, Theófilo de Azeredo Santos. Ao final do encontro, que durou duas horas, Fiúza afirmou que os empresários concordaram com a necessidade de se alterar os "pontos polêmicos" no segundo turno.

Alerta aos constituintes

Os empresários do setor comercial do Paraná, reunidos no último fim de semana na 44ª plenária da Federação das Associações Comerciais do Estado, em Foz de Iguaçu, aprovaram um alerta aos constituintes e à população brasileira sobre as irregularidades que estão sendo cometidas na aprovação da nova Constituição: "Se os constituintes não atenderem ao procedimento estatuído na emenda constitucional 26/85, a Assembleia Nacional Consti-

tuante não terá nenhuma autoridade para pretender que a nação brasileira cumpra o que vier a ser promulgado como Constituição", diz a carta final do encontro.

A Agência Globo noticia que, segundo o presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, o grande equívoco cometido até agora é a votação por acordo de lideranças, não previsto na emenda que convocou a Constituinte.

Mantidos os poderes dos estados e municípios

Os poderes e atribuições conferidos aos estados e municípios no primeiro turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte estão, na sua maioria, consagrados.

As emendas supressivas apresentadas não alteraram a redistribuição tributária, que amplia o espaço de ação dos governadores e prefeitos, e mantiveram quase que integralmente o que plenário definiu quanto à organização do estado.

A proposta supressiva que mais chama atenção em relação à organização político-administrativa do País, segundo a Agência Globo, foi apresentada pelo deputado Raul Ferraz (PMDB-BA). Defensor de uma forma unitária de estado, Ferraz quer retirar do texto o trecho que proíbe a tramitação de emendas constitucionais que venham abolir a forma federativa do estado.

Algumas emendas tratam especificamente de poderes conferidos aos esta-

dos, como a polêmica tributação suplementar de até 5% incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

O dispositivo, aprovado sem o aval das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por estabelecer benefícios especiais para a região Sudeste, onde está concentrado o maior volume de investimento, está na mira do governo.

O deputado Ronaldo Carvalho (PMDB-MG) bateu o recorde em emendas municipais. Suas sugestões obrigam que todos os municípios elaborem, independentemente do número de habitantes, um plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana; ampliem as receitas municipais com estabelecimento de novos impostos, excluindo a exceção fixada para o imposto sobre o óleo diesel; e acabem com as eleições municipais em dois turnos, tema que acabou originando outras cinco emendas supressivas.

Agenda

SESSÃO DE ONTEM
• Fim de Prazo — Esgotou-se o prazo para a entrega de emendas ao texto aprovado no primeiro turno de votações da Constituinte.
PRÓXIMAS SESSÕES
• Publicação e Distribuição — Entre hoje e amanhã serão publicadas e distribuídas aos parlamentares todas as emendas apresentadas até a noite de segunda-feira.
• Dias 14 a 18 — Este é o prazo para que o relator da Constituinte, deputado

Bernardo Cabral, apresente seu parecer sobre as emendas.
• Dias 19 e 20 — O parecer de Cabral será publicado e distribuído.
• Dias 21 e 22 — Durante esses dois dias os constituintes poderão apresentar pedidos de destaque de emendas (no máximo quatro pedidos cada um).
• Dias 23 e 24 — Não haverá sessões nesse fim de semana.
• Dia 25 — Início das votações do segundo turno.